
POVOAÇÕES ALCANDORADAS.

ARQUITETURA e PAISAGEM

**2.º Congresso Internacional
Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental**

VILLAGES PERCHÉS.

ARCHITECTURE et PAYSAGE

*2^{ème} Congrès International
Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale*



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património



LIVRO LIVRE

POVOAÇÕES ALCANDORADAS. ARQUITETURA E PAISAGEM

2.º Congresso Internacional Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental

VILLAGES PERCHÉS. ARCHITECTURE ET PAYSAGE

2^{ème} Congrès International Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale

Editores Éditeurs

Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martinez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

Autores Auteurs

Beya Abidi, Messaoud Aiche, Zoulikha Ait-Lhadj, Desidério Batista, Nouri Boukhchim, Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, Jared Carballo-Pérez, Miguel Reimão Costa, Marco Fernandes, Maria Fernandes, Francisco José García Fernández, Cláudia de Oliveira Calado Gaspar, Germano Germanò, Gonçalo Duarte Gomes, Sérgio Gomes, Susana Gómez Martinez, Vidal Gómez Martínez, Alexandra Gradim, Raja Gzara, Leila Harabi, Blanca del Espino Hidalgo, Vítor Oliveira Jorge, Filipe Mário Lopes, Virgílio Lopes, Efraín Marrero Salas, Meriem Marzouki, Miguel Ferreira Mendes, Maria Isabel Lopes de Mendonça, José María Moreno Narganes, João Muralha, Ons Najjar, Jorge de Oliveira, Maria de Fátima Palma, María Teresa Pérez Cano, Vítor Ribeiro, Ana Costa Rosado, Hacomar Ruiz González, Ana Isabel Nascimento Santos, João Gabriel Candeias Dias Soares, Cláudio Torres, Ana Vale

Créditos das imagens, ilustrações e fotografias Crédits des images, illustrations et photographies

Quando não expressos, os créditos pertencem ao(s) autor(es) do texto

Lorsqu'il ne sont pas inscrits, les crédits appartiennent à(aux) l'auteur(s) du texte

Revisão de textos Relecture et révision des textes

Cristina Meneses

Paginação e pré-impresão Mise en page et prépresse

João Martins

Impressão Presses de l'imprimerie

ACD Print

Direção editorial Direction éditoriale

Filipe Jorge

ISBN 978-989-8885-15-9

Depósito Legal Dépot légal

483009/21

1.ª edição: Julho 2021 1^{ère} édition: Julliet 2021

Reprodução autorizada desde que seja corretamente referenciada a origem e autoria dos textos e imagens

La reproduction est autorisée à condition que soit respectée l'indication claire de la source, de l'auteur et les références du document cité

ARGUMENTUM Edições

Rua Antero de Figueiredo, 4 - C | 1700-041 LISBOA | Portugal

geral@argumentum.pt | www.argumentum.pt

CENTRO DE ESTUDOS EM ARQUEOLOGIA, ARTES E CIENCIAS DO PATRIMÓNIO

Largo da Porta Férrea | 3000-395 COIMBRA | Portugal

ceaacp@uc.pt | https://ceaacp.uc.pt/

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA

Rua Dr. António José de Almeida, 1 | 7750-353 MÉRTOLA | Portugal

geral@camertola.pt | www.camertola.pt

DE MARVÃO VÊ-SE TUDO — ASSIM DIZIA JOSÉ SARAMAGO⁽¹⁾

Jorge de Oliveira
CHAIA, Universidade de Évora
joli@uevora.pt

Palavras-chave: Marvão, fortificação, raia, crista quartzítica

Introdução

Segundo José Saramago, *de Marvão vê-se tudo*.

Em Marvão, no dizer do povo, os pássaros vêem-se pelas costas. Para outros, Marvão é um ninho de águias.

Marvão é uma vila alcandorada, na sua verdadeira acepção, isto é, uma pedra bem lá no cimo onde os falcões e outras aves de rapina nidificavam.

De difícil acesso, muito difícil acesso, a crista quartzítica empina-se quase na vertical e deixa, bem lá no alto, uma estreita plataforma, que o homem roubou às aves e foi ampliando para aí se instalar. E lá no topo do “mundo”, de onde se vê tudo, como dizia Saramago, o homem acastelou-se. Mas para aí chegar a Humanidade teve que percorrer, durante milhares de anos, outros caminhos.

Contorce-se, cá em baixo, à volta deste alcantilado morro, o rio Sever que ao longo de milhões de anos foi abrindo caminho por entre quartzitos, calcários, granitos e, por fim, depois de cavar os xistos, descarrega as águas que, entretanto, foi recolhendo no grande Tejo. Nasce este rio mais acima de Marvão, mas em encostas mais doces e suaves, nas faldas da Serra de Mamede e, estranhe-se, quase enganando algumas leis da Física, corre de sul para norte, por mais de 63 km, para ir prestar vassalagem ao grande rio peninsular, o Tejo.

Foi, contudo, nas cotas mais baixas, nas frescas margens do percurso do Sever, entre a Serra e o Tejo, onde vários micro-climas se reconhecem, que os primeiros homens estaciaram. Souberam escolher bem os locais para acamparem. Tinham todo o território à sua disposição, mas só alguns sítios interessaram aos primeiros caçadores recolectores que por aqui deambularam em meados do Paleolítico. Nos depósitos de calhaus rolados que se acumulam onde o rio mais se contorce e a seguir se espraia e onde a flora ripícola abunda encontramos evidentes sinais desses acampamentos mais antigos.

Com os efeitos dos finais da última glaciação o ecossistema altera-se e o homem tem que acompanhar essa mudança. A sedentarização ensaia-se e a domesticação generalizada de algumas espécies substitui os grandes armazéns de proteínas que os agora extintos grandes herbívoros propiciavam às comunidades do período anterior. Esta obrigatória sedentarização, ainda que inicialmente sazonal, justifica-se com a domesticação da terra. Entre a preparação da terra, a sementeira e a colheita é necessário guardar o investimento feito e por ali ficam os grupos humanos aguardando que a terra-mãe seja generosa.

1 Algumas partes deste texto foram publicadas na Revista CEAMA, n.º 15, de 2017, sob o título: “Das fronteiras do 6.º milénio ao Tratado de Alcanices, entre o Tejo e a Serra de S. Mamede”.

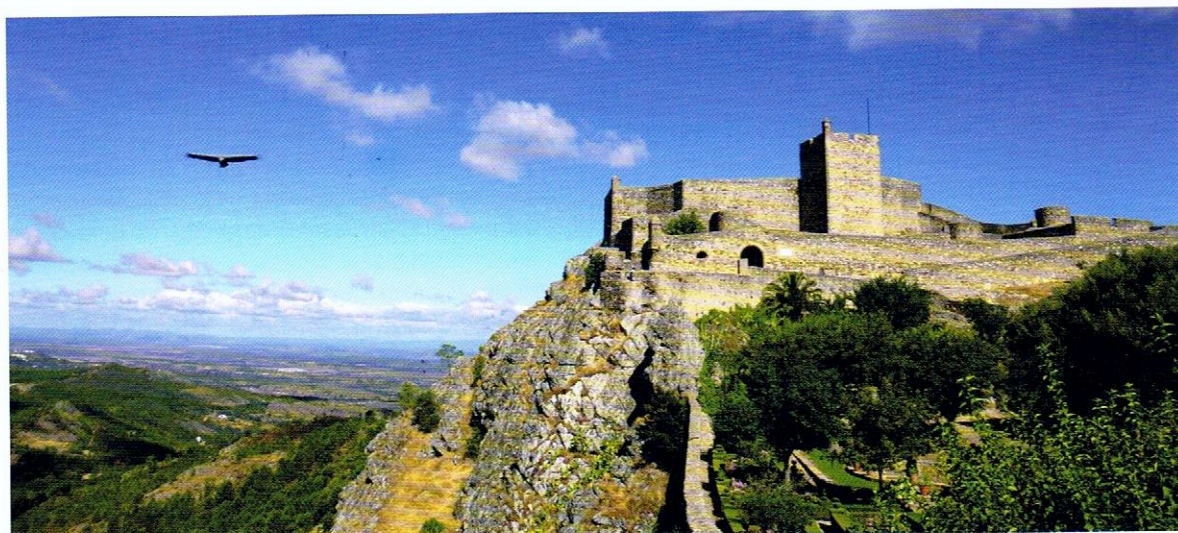


Fig. 1. *De Marvão vê-se tudo*, “Marvão ninho de águias”

1. A domesticação da paisagem

Ao longo dos 63 000 metros do curso do rio Sever e nos 450 km² que ocupa a sua bacia hidrográfica, embora não conheçamos claramente os testemunhos do povoamento das primeiras comunidades agro-pastoris, conhecemos suficientemente bem as suas estruturas funerárias porque muito mais monumentais do que os *habitats*. Aqui identificámos perto de centena e meia de sepulturas megalíticas que se dividem, claramente, em duas manchas megalíticas, uma localizada na meia encosta, em terrenos predominantemente graníticos e outra, mais a norte, nas margens dos Tejo, em solos xistosos.

Observando a distribuição das sepulturas megalíticas, tendo em atenção a edafologia da região, verificamos que a maioria dos monumentos, quer sejam em xisto, quer sejam em granito foram implantados em solos classificados atualmente na classe D. Em solos da classe E foi implantado outro importante conjunto de sepulturas megalíticas. Em solos da classe C, portanto com melhores aptidões agrícolas, apenas dois monumentos foram construídos.

A não ocupação de solos pesados (classes A e B) por parte dos construtores de megálitos parece ser uma constante neste território. Os solos litólicos não húmicos graníticos e os xistosos das margens do Tejo parece terem sido os mais preferidos. Embora atualmente os solos das margens do Tejo estejam classificados como esqueléticos e sem qualquer aptidão agrícola, anteriormente às intensas campanhas do trigo promovidas nas décadas de 1940 e 1950, eles ainda possuíam alguma potência de solo arável, aumentando-se, assim, provavelmente a área de solos da classe D. Alguns dos solos hoje esqueléticos apresentar-se-iam em épocas mais recuadas com potências muito superiores à que lhes facilitaria possuir um coberto vegetal algo distinto do existente atualmente.

Como temos vindo a constatar na bacia hidrográfica do rio Sever duas manchas megalíticas são isoláveis. Se através do posicionamento geográfico geral estas duas manchas megalíticas são facilmente detetáveis elas tornam-se ainda mais evidentes quando projetamos a sua localização sobre uma carta geológica ou de solos. A sul, nos solos litólicos não húmicos de granitos e rochas afins concentram-se os monumentos obtidos por blocos de granito. A norte, nos litossolos de xistos ou grauvaques localizam-se as pequenas sepulturas construídas por esteios de xisto.

A linha de separação entre os granitos e os xistos forma uma autêntica fronteira entre os dois grupos megalíticos localizados no interior da bacia. Observando a carta geral de distribuição de sepulturas megalíticas do Nordeste Alentejano e Noroeste da "Extremadura" espanhola, verifica-se que a linha de contacto entre os granitos e os xistos parece limitar claramente dois grupos megalíticos que não se isolam unicamente em termos de matéria-prima e correspondente especificidade arquitetónica. A diversidade dos dois grupos, é bem observável quer na arquitetura, quer nos espólios rituais.

Os distintos complexos geológicos que caracterizam esta área, associados aos aspetos orográficos e consequentemente aos climáticos que se projetam nas características florísticas e faunísticas específicas de cada um deles, devem ter condicionado duas economias

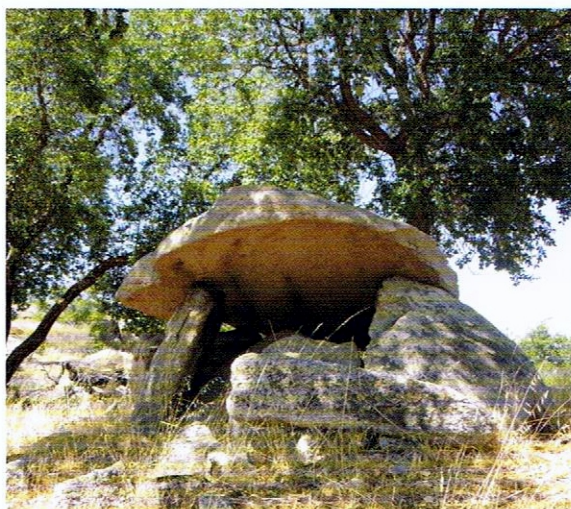


Fig. 2 Dólmen da Laje dos Frades, Marvão

que parecem corresponder respetivamente às duas e diferentes manchas megalíticas isoladas no interior da bacia do Sever. Na zona mais montanhosa, com cotas superiores a 600 metros, não existem monumentos megalíticos. Na meia encosta granítica, sobretudo nas imediações da linha de contacto com os xistos distribuem-se os monumentos da mancha granítica. Ao entrarmos nos litossolos de xistos da zona do Chão Salgado os sepulcros megalíticos não se registam, voltando de novo a ocorrer nas imediações da foz do Tejo. Uma larga faixa de terrenos, atualmente incluídos na classe E, portanto sem aptidões agrícolas, separa as duas manchas megalíticas. Esta *terra de ninguém* megalítica também o parece ter sido ao longo de toda a História pois a presença de testemunhos de épocas posteriores também é bastante reduzida.

Separaram-se, assim, em termos arquitetónicos, orográficos, geológicos, faunísticos e florísticos dois grupos megalíticos que poderão corresponder a distintas comunidades, estruturadas em diferentes ecossistemas. Na zona sul, a meia encosta, onde o microclima de características atlânticas esbate as amplitudes térmicas que castigam a outra região, desenvolve-se e provavelmente desenvolvia-se uma flora exuberante e habitada por múltiplas espécies cinegéticas. Este corredor dos granitos, abundante em água que facilitaria a exploração dos pequenos mas férteis vales na periferia da floresta, parece ter oferecido um conjunto de condições excecionais ao desenvolvimento de uma economia mista em que a agricultura / horticultura se associa à exploração dos recursos que a floresta possibilita, quer em termos de caça, quer em termos de pastorícia. Esta economia rica e diversificada, provavelmente proporcionadora de excedentes, deverá em parte explicar o investimento energético despendido na monumentalidade e riqueza do mobiliário votivo do megalitismo deste grupo, caracterizado por grandes sepulturas e ricos espólios.

Mais a norte, onde as amplitudes térmicas dos climas de características mediterrânicas se fazem sentir, e onde os solos quase esqueléticos drenados por ribeiras de curso sazonal não facilitam a sua exploração em termos agrícolas ou florestais, parecem ter sido empurradas as populações para junto do grande rio, deixando uma larga faixa de terreno, por vezes superior a 12 km, sem qualquer

ocupação humana. Se as comunidades do sul que viviam na orla da floresta parecem ter encontrado nela o seu complemento alimentar, as do norte terão procurado no rio Tejo e foz do Sever o complemento nutritivo que os pequenos vales de reduzida aptidão agrícola não conseguiam fornecer. Duas comunidades explorando distintos recursos, proporcionando excedentes desiguais e condicionadores de diferentes estruturas sociais, em ambientes geológicos diferentes, deverão, para além de outras consequências, produzir ritualizações e discursos arquitetónicos distintos.

2. Uma fronteira de *menhires*

Apesar de um levantamento arqueológico, por muito exaustivo que seja, nunca poder ser dado por concluído, as várias prospeções efetuadas em ambas as margens, mas sobretudo na portuguesa, não revelaram, nesta *terra de ninguém*, mais nenhuma sepultura megalítica para além da que, recentemente, registámos junto ao marco geodésico Sardinha. Como já por várias vezes afirmámos, o território que separa as duas manchas megalíticas, para além de não possuir grandes aptidões agrícolas, e ser drenado por um reduzido número de linhas de água, na sua maioria sazonais, conferindo-lhe características ambientais muito particulares, parece não apresentar razões suficientemente fortes para justificar a ausência de ocupação humana ou, pelo menos, a inexistência de manifestações megalíticas. Esta divisão torna-se mais compreensível com a sobreposição da carta de localização dos menires conhecidos na área em estudo sobre a das sepulturas megalíticas. Ao fazermos coincidir as duas cartas, de imediato nos apercebemos que os principais menires se implantam exatamente ao longo da linha de contacto entre os granitos e os xistos, formando como que uma linha de fronteira. Os mais volumosos *menhires* desta região implantam-se no limite norte da mancha megalítica dos granitos, funcionando, provavelmente como marcos territoriais. Sabemos hoje que os *menhires* são substancialmente mais antigos que a maioria dos sepulcros megalíticos que na maior parte dos casos chega aos 2000 anos, remontando assim os *menhires* para os inícios do Neolítico. Poderemos demonstrar, assim, que as diferenças arquitetónicas e rituais dos dois grupos megalíticos funerários parecem ter raízes mais antigas testemunhadas na linha de *menhires* sobreposta sobre a fronteira que separa os granitos dos xistos.

Diferentes aspetos separam as duas *manchas megalíticas* parecendo refletir estruturas económicas e sociais distintas que foram provavelmente geradoras de focos de conflitualidade que a *terra de ninguém* e o domínio visual dos menires parecem querer confirmar, somados aos vestígios de profundos traumatismos provocados por objetos cortantes e perfurantes detetados nos restos ósseos inumados. Para além da simbologia fálica de praticamente todos os menires, eles parecem formar como que uma rede de marcos delimitadores do território com maiores recursos económicos testemunhados pela monumentalidade arquitetónica e número e riqueza do espólio funerário. Estabelece-se, desta forma, uma linha de fronteira orientada grosso modo nascente-poente que se estende, pelo menos desde a serra de S. Pedro, já a avistar Cáceres, secciona transversalmente o curso do rio Sever e projeta-se para ocidente de Nisa. Definem-se, assim,

desde pelo menos o 6.º milénio aC, dois territórios onde se instalaram duas comunidades que desenvolveram economias distintas, que se refletiram em diferentes comportamentos perante a morte e que parece não terem convivido muito pacificamente, atendendo aos profundos traumatismos observáveis nos restos ósseos.

3. Os primeiros que se acastelam nas margens do Sever

Quando as influências orientalizantes se começam a fazer sentir com maior intensidade e a metalurgia desponta nesta zona da Península Ibérica as comunidades que até aí se estabeleciam em *habitats* de pouca altitude procuram agora cotas mais altas e naturalmente protegidas. Os povoados adjacentes ao rio Sever são abandonados e os cumes dos cerros começam a ser fortificados. Desde os finais do Calcolítico até à chegada dos Romanos, pontos estratégicos das principais linhas de cumeada passam a ser espaços de vivência humana. Os castelos de Vidago (Vidais), do Corregedor, da Crença, Del Jardinero, os dois Castelos Velhos do Sever e os das Aguas Blancas e Senhora da Graça testemunham essas épocas conturbadas que se viveram nas imediações das margens do Sever originadas pelas disputa das melhores terras e zona de mineração.

Uma ou mais linhas de muralhas envolvem estes *habitats*. Casas quadrangulares, ou redondas, outrora provavelmente cobertas por giestas anexam-se umas às outras aproveitando da melhor forma o pouco espaço que as muralhas protegiam, mas se bem observarmos o território a maioria destes povoados fortificados implanta-se no limite da mancha granítica, a norte da serra de S. Mamede.

As cumeadas que sustentam Marvão, Castelo de Vide, Valência de Alcântara, Herrera e Albuquerque parecem inserir-se neste tipo de estratégia que, sobretudo, as comunidades da segunda Idade do Ferro adotaram nas encostas da serra de S. Mamede. É uma questão fundamental coloca-se. Fortes muralhas em altos cumes é sinal de medo. Medo de quem? Numa primeira fase diríamos que seria das gentes que do Mediterrâneo vinham, mas seriam assim tantos que justificasse uma fortificação generalizada nos inícios da Idade dos Metais? Ou estas muralhas não serão, acima de tudo, resultado de conflitos tribais internos face a alguma crise, hipoteticamente resultante do aumento demográfico e consequente escassez de recursos? O que sabemos é que a partir dos inícios do Calcolítico os povoados começam a rodear-se de muros. Nesta zona, aparentemente, estes povoados continuam ocupados na Idade do Bronze. Na Idade do Ferro, sobretudo na fase tardia deste período, denota-se o seu explícito abandono e as colinas mais elevadas, de difícil acesso e já problemáticamente distantes das linhas de água de curso anual, envolvem-se de fortes muralhas. Provavelmente, o medo e a necessidade de defesa incrementaram-se. Medo de quem? A fama que de Roma vêm colunas de gentes de armas que tudo conquistam e saqueiam? Ou medo dos seus vizinhos face à luta pelos recursos naturais? O que sabemos, provado pelas evidências arqueológicas, é que os mais elevados pontos deste território são ocupados naquele período, a que vulgarmente apelidamos de 2.ª Idade do Ferro, e rodeados de uma ou mais cinturas de muralhas. Interessante é verificar que os mesmos sítios que são ocupados e fortificados a partir de meados do 1.º milénio

aC, são os mesmos lugares que voltam a ser ocupados nos períodos conturbados dos inícios da Idade Média.

4. Com a chegada dos Romanos

As comunidades que sobreviviam nos alcantilados montes descem de novo aos vales. Mais pela força das armas do que por vontade própria, como os vestígios arqueológicos bem o demonstram, os *habitats* fortificados da Idade do Ferro sucumbem e as terras com melhor aptidão agrícola começam a ser intensamente exploradas. Várias *villae* e casais agrícolas redesenham a paisagem entre a serra de S. Mamede e o vale do Tejo. Casas agrícolas mais ou menos faustosas, por vezes revestidas por mosaicos junto a armazéns, moinhos e termas assinalam a riqueza que os Romanos souberam retirar dos solos agora por eles ocupados. No vale da Aramenha, junto a Marvão, em terras pesadas e férteis e onde a água abunda, pelos inícios do século I, os Romanos instalam uma nova cidade. *Ammaia* se chamava. Mais do que um grande centro cosmopolita, reconhece-se hoje que Ammaia terá sido uma cidade de lazer, satélite da grande Mérida. Aqui, construíram os Emeritenses as suas casas de veraneio. Para aqui acorreriam os Romanos endinheirados nos implacáveis estios, em busca da sombra e da água, que a grande cidade do interior não propiciava. Aqui, na Ammaia, bordejada pelo rio Sever e abastecida por pelo menos três nascentes que os Romanos souberam conduzir até ao centro da cidade, assistiam a espetáculos tendo como cenário o brutal acidente que sustenta hoje Marvão. Os influentes e poderosos togados que veraneavam em Ammaia rapidamente a transformam política e arquitetonicamente. Pouco tempo depois da sua fundação, ao tempo de Cláudio, ascende a categoria de *Civitas*, alguns anos depois, já com Nero senhor de Roma, constitui-se como *Municipium*. O território que administrava seria amplo. O seu limite ao norte terminaria no Tejo, para oriente confrontava com o de Cáceres,



Fig. 3 Moeda romana com caracteres púnicos e cabeça de Hércules, cunhada em Salácia (Alcácer do Sal), século II aC, encontrada no povoado de Vidais – Marvão



Fig. 4 Telha do povoado alto-medieval do Monte Velho, em Marvão, com a inscrição cristã HIC PAX HIC CRISTVS (Paço, 1949)

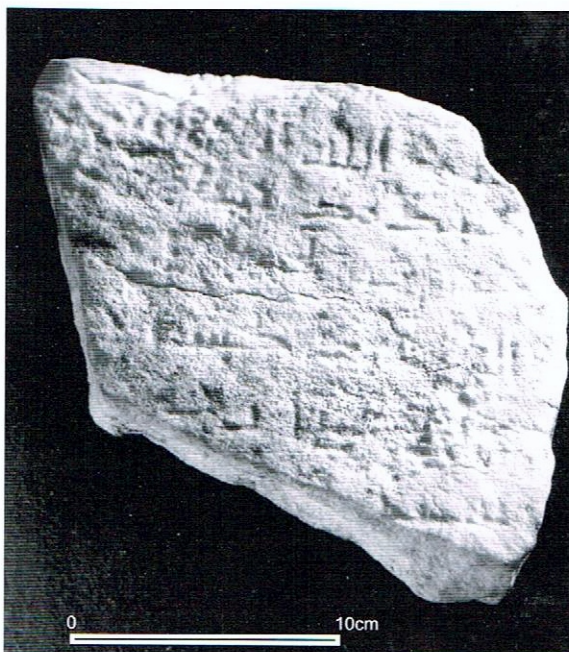


Fig. 5 Inscrição funerária árabe encontrada no Pico da Serra de São Mamede (Manuel Ribeiro)

para ocidente espalhava-se até ao rio Sor e o vale do Guadiana limitava-o a sul. Sob o poder dum exército bem organizado o Município Ammaiense aglutina e funde política e administrativamente os ancestrais territórios, mas as culturas próprias perduraram.

5. A reconstrução da paisagem após o Império Romano

Pelo século VI, com a decadência da estrutura política romana, assiste-se, na área da Serra de S. Mamede, a um enxameamento de pequenos núcleos habitacionais implantados em zonas bem disfarçadas na paisagem. A instabilidade que se vive desde o século V até praticamente à vulgarmente denominada Reconquista Cristã terá contribuído para essa nova reorganização na ocupação do território. Múltiplos pequenos núcleos, mais ou menos urbanizados, atribuíveis à Alta-Idade Média, espalham-se, sobretudo por entre os grandes afloramentos graníticos.

Com a desorganização da estrutura comercial e social romana estas pequenas comunidades, teoricamente cristianizadas, sobrevivem alicerçadas numa economia fechada, assente na agricultura e na pastorícia. Poderemos mesmo dizer que se assiste a um regresso, desordenado, da estrutura socioeconómica pré-Romana. Dizemos desordenado porque agora já não encontramos povoados fortificados a coroar as colinas, mas pequenos núcleos habitacionais disfarçados entre os vales com algum aproveitamento agrícola. Estamos em querer que com o fim do Império, pelo menos nestas zonas mais rurais, não existiria qualquer sistema estruturado de organização social ou religiosa. A vulgarmente apelidada organização paroquial visigótica seguramente que aqui não se fez sentir. A telha encontrada por Afonso do Paço, no Monte Velho, no concelho de Marvão, onde se pode ler num Latim e numa grafia pouco eruditos *Hic Pax Hic Cristvs*, associada às centenas de sepulturas escavadas na rocha que se espalham pelas encostas de Marvão, avisam-nos que estaremos em presença de comunidades de seguidores do rito cristão, mas nada

temos que nos prove que obedecessem a algum poder formal e organizacional, fosse ele religioso ou político. Sustentados numa economia de autossubsistência com permutas intergrupos onde as velhas moedas romanas já pouco sentido fariam, estas pequenas comunidades sobreviveriam reaproveitando ainda algumas estruturas romanas, mas vivendo essencialmente em construções de pedra seca e cobertura vegetal e, esporadicamente cobertas com telhas decoradas com desenhos digitados, nos povoados com maiores recursos, como o do Monte Velho ou Ribeiro do Lobo.

A islamização desta zona da península terá sido algo que teremos que avaliar de uma forma muito particular. Não poderemos falar numa conversão generalizada e radical ao Islão. Estas comunidades dispersas por pequenos aglomerados rurais espalhados pelo interior da Serra de S. Mamede que poucos contactos teriam com o exterior terão entrado, paulatinamente, em contacto com as novas gentes que do Norte de África trazem outra cultura, outra língua e outra religião mas igualmente monoteísta. A diferença entre os dois ritos não seria assim tão grande e a sua pressão entre os séculos VIII e XI não terá sido muito marcante. Naturalmente que uma nova ordem começa a impor-se. Seguramente que novos cobradores de impostos teriam emergido a troco de uma teórica proteção contra inimigos desconhecidos.

As velhas e arruinadas estruturas da cidade de Ammaia e a defensável crista quartzítica que junto se ergue não são alheadas pelos seguidores de Alá. Reconhece-se hoje como seguro que a mais antiga referência escrita relacionada com Marvão é a crónica de Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, datável do século X, onde se lê: ... *o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia de Ibn Maruán é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas, situada sobre o Rio Sever* (Sidarus, 1991, p. 13). Como nos diz o seu autor, nesse mesmo texto, provavelmente baseado em crónicas dos finais do século IX, sobre as actividades bélicas de Ibn Maruán, existiria uma *Fortaleza de Ammaia-o-Monte*. Esta fortaleza de que fala a referida crónica poderia ser conotada com a torre árabe que se levanta sobre um dos torreões defensivos da porta nascente da cidade de Ammaia; contudo, nem as ruínas de Ammaia estão implantadas num monte, nem esta torre ofereceria a capacidade defensiva que Ibn Maruán procurava. O ambiente de conflitualidade gerado pelas manifestações autonómicas do *muladi* Ibn Maruán, obrigá-lo-iam a procurar refúgios com capacidades defensivas que o vale da Ammaia não oferece. Parece assim claro que o monte sobranceiro ao Sever, nas imediações da *Amaia-das-Ruínas*, é o que hoje sustenta a vila de Marvão e que recebeu o nome daquele que aí mandou construir uma fortaleza nos finais do século IX. Pelo menos nessa data, e baseados, unicamente, na documentação escrita, poder-se-á afirmar que no cerro de Marvão foram levantadas estruturas defensivas, seguramente reaproveitando alguma velha fortificação da Idade do Ferro e quem sabe se romanizada.

Aproximadamente do mesmo período, nesta zona, conhecemos apenas a inscrição funerária islâmica, por nós recolhida junto do Pico de S. Mamede, remetendo-nos, porque a ela associados estavam vários capitéis romanos reaproveitados, para algum templete romano

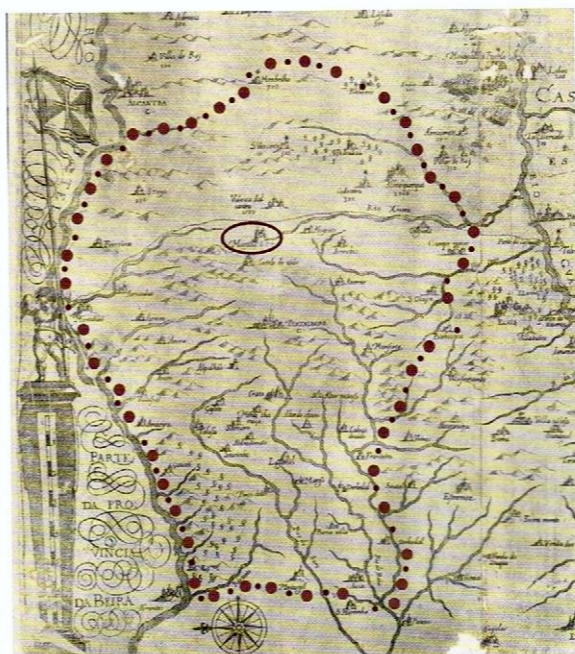


Fig. 6 Limite do termo municipal de Marvão em 1226, sobre extrato do mapa de Pedro Albernaz (1602-1642)

que posteriormente terá sido islamizado, erguido no topo da Serra de Maomé, isto é, a Serra de S. Mamede.

Passados os períodos de maior instabilidade, marcados pela desagregação do Império Romano e da teórica chegada dos "Bárbaros", com o domínio islâmico, a paisagem humana desta região assiste a outra viragem. Os pequenos núcleos urbanos sem sistemas de defesa e, aparentemente, sem organização social, que se constituíram com a desorganização da estrutura romana encontram agora, teoricamente, na nova fortificação fundada por Ibn Maruán, no cimo da defensável crista quartzítica, a segurança necessária em caso de conflito. Marvão passa a ser o principal epicentro de proteção desta região, dominando uma vasta região, provavelmente a mesma que configurava o romano município Ammaiense.

Entre 1160 e 1166 Marvão terá passado para o controlo das gentes de Afonso Henriques. Nada nos informa se esta passagem resultou de um assédio por parte dos cristãos aos que fiéis a Alá viviam no alcandorado morro refortificado em 877 por Ibn Maruán. Provavelmente os seguidores de Maomé terão abandonado pacificamente o morro e, pouco tempo depois, Afonso Henriques, entrega estas terras à gestão dos monges-cavaleiros do Templo. Marvão fazendo agora parte da Monarquia Portuguesa, de imediato, passa a ocupar lugar de relevo na administração militar e política da vasta e despovoada região a sul do Tejo. A sua importância resultaria, naturalmente, da sua estratégica posição no topo de uma inacessível crista quartzítica, mas também de uma velha tradição administrativa que entroncava no vasto território tutelado pela cidade de Ammaia, situada a escassas centenas de metros da vila de Marvão.

Embora não conheçamos, em pormenor, os limites administrativos do *Municipium Ammaiense*, sabemos que eles eram amplos e, provavelmente, vieram a refletir-se na carta de demarcação do termo de Marvão que lhe foi outorgado por D. Sancho II, em 1226. Se não perdurasse ainda essa memória territorial dificilmente poderíamos entender os limites apresentados pelo documento medieval. Se bem verificarmos, a cidade

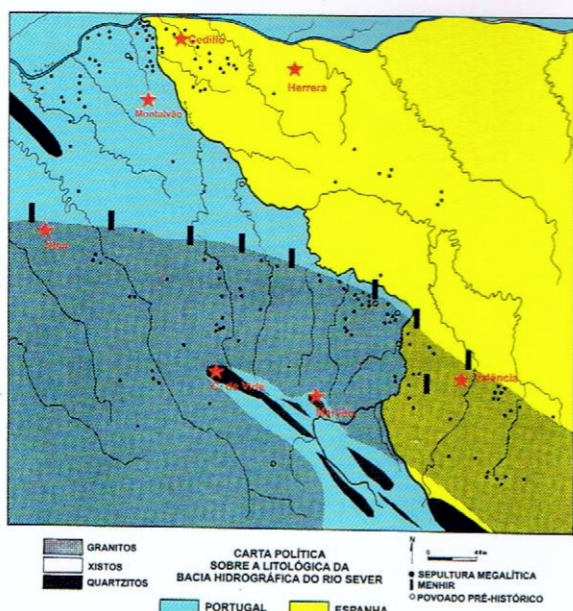


Fig. 7 Mapa com a fronteira pré-histórica e a fronteira política, transversal, resultante do Tratado de Alcanices, 1297

de Ammaia situa-se no centro deste vasto território. Parece, então, que a demarcação medieval do território de Marvão terá seguido uma tradição centenária, delimitada ao tempo em que a cidade de Ammaia dominava esta região.

O vasto território, como se lê no documento publicado por Laranjo Coelho, em 1924, abarcava praticamente todo o atual distrito de Portalegre e uma larga faixa de território da vizinha província de Cáceres, até bem perto de Malpartida de Cáceres. O limite norte era demarcado pelo rio Tejo, desde a foz do Ocreza (*foz oclesa*), passando pela Amieira (*ameiram*). A poente o limite seria o rio Sor ou mesmo a Ponte de Sôr (*Sonor*) e depois passaria por Seda, ou pela ribeira de Seda (*seda*). A Ribeira Grande seria outro limite e, naturalmente, a zona de Fronteira, cujo topónimo assim o determina. O limite passaria por Assumar (*asiima ou asuma*), daí seguiria para Campo Maior (*castellum de monte maiori*), passando a Ouguela (*ugela*). A linha de limite entraria no rio Xévor (*seuera*) e daí seguiria perto de Albuquerque, na zona de (*daróches*), infletia para o planalto de El Palancar (*planum de alpancer*) até à cumeda da Serra de S. Pedro (*serra de sancto petro quae vertente aquas*). Da Serra de S. Pedro, a meio caminho de Cáceres, a linha de limite do território seguia para norte, em direção ao Rio Tejo (*directum ad tagum*). Assim se lê no referido documento, que se conserva na Torre do Tombo (Coelho, 1924, p. 58-59).

6. As novas fronteiras

Terminados, nesta zona, os conflitos da Reconquista começam-se a esboçar os contornos de outros municípios e a definir as fronteiras entre Castela e Portugal. Em 1267, a 16 de fevereiro, na denominada Convenção de Badajoz, sob o patrocínio dos reis Afonso X, de Castela, Aragão e Andaluzia, e Afonso III, de Portugal e sob pressão das poderosas ordens militares que disputavam o território, promovem-se encontros entre os "homens bons" das duas terras para a demarcação do limite territorial entre Valência e Marvão, implantando e gravando, para esse fim, marcas territoriais. Dessa demarcação ainda hoje se conhecem gravações em

rochas naturais, sensivelmente coincidentes com a atual fronteira. Esboça-se, nesta data, a fronteira que hoje conhecemos e que com o Tratado de Alcanices, em 1297, se definiu praticamente todo o limite fronteiriço entre os dois reinos. O Tratado de Alcanices, assinado a 12 de setembro de 1297, pelos reis D. Dinis, de Portugal, e Fernando IV, de Castela, fez perder, de imediato, a parte do território hoje espanhol até aí incorporado no concelho de Marvão. Desse tratado resultou a definição da fronteira entre Portugal e Castela que, em grande parte, ainda hoje se mantém.

Ainda que esta divisão política entre os dois estados tivesse resultado não tanto de decisões tomadas na corte, mas mais da vontade das gentes de Valência e Marvão; muito pressionadas pelas ordens religiosas que disputavam os territórios a sul do Tejo, rapidamente ambas as comunidades se aperceberam que desta fronteira resultavam fortes constrangimentos às ancestrais relações de proximidade entre as comunidades estabelecidas em ambas as margens do rio Sever. Assim, logo em 1313, 16 anos após o Tratado de Alcanices, estas gentes sentem necessidade de reabrir a fronteira que impedia a livre passagem de pessoas e bens como desde, pelo menos, o 6.º milénio aC acontecia. Assina-se então nesse ano um compromisso entre as gentes de Valência e Marvão, multiplamente ratificado até 1868, que permitia a quase livre circulação de pessoas e bens entre os dois concelhos. Constatava-se, assim, nesse longínquo ano de 1313, quão contranatura era esta fronteira desenhada sobre o curso do rio Sever que sempre uniu as pessoas que dele dependiam. Os "homens-bons" de Marvão e Valência de Alcântara assinam, assim, com a concordância régia dos dois lados, um tratado no qual se regulamentavam as relações entre os povos das duas terras vizinhas, mas incorporadas em estados distintos e separadas por uma fronteira política. Este acordo de boa vizinhança veio, ao longo dos séculos, a ser continuamente ratificado e atualizado. Destes, conhecem-se os acordos datados de 22 de setembro de 1519, de 12 de Setembro de 1537, o de 23 de Setembro de 1585, o de 23 de Novembro de 1682 e o de 16 de Junho de 1868. Pela leitura destes documentos observa-se como as relações entre os dois vizinhos concelhos, ainda que incorporados em países distintos, não diferiam, e por vezes até eram mais permissivas, por exemplo, do que as normas que regiam as relações de Marvão com Castelo de Vide. Esta boa vizinhança, a sua proximidade e sobretudo as relações familiares existentes entre Valência de Alcântara e Marvão, com base nos documentos referidos, conseguiram, ao longo de quase setecentos anos de história conjunta, diluir os normais constrangimentos que qualquer fronteira política impõe. Parece ser o rio Sever e os seus recursos o principal fator de união entre estas gentes. Mais do que demarcar dois estados, o rio gerou um único povo.

Alcandorada na crista quartzítica e como Saramago dizia que *de Marvão vê-se tudo*, continua lá de cima a vigiar o território que sempre foi seu, de ambas as margens do Sever, mas que por via de uma rocambolesca e centenária história política, muitas vezes manobrada por escuros interesses, obriga a que as gentes de um lado do rio falem Português e do outro Castelhana, mas entre si ainda se entendem no ancestral raiano que sempre os uniu.



Fig. 8 Vista aérea de Marvão do lado norte (acervo da Câmara Municipal de Marvão)

BIBLIOGRAFIA

- Caria Mendes, A. J. & Goulart, A. (1991). "A Lápide Árabe da Serra S. Mamede". *Ibn Maruán*, 1.
- Coelho, P. M. L. [1924] (2001). "Terras de Odiana – Subsídios para a sua História Documentada". Edição fac-simile da edição de 1924. Introdução de António Ventura. *Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão* (edição especial), 11.
- Oliveira, J. de (1998). *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Colibri.
- Oliveira, J. de (2002). "A cidade romana de Ammaia, documentos para a sua história recente". *Ibn Maruán*, 12.
- Oliveira, J. de (2017). "Das fronteiras do 6.º milénio ao Tratado de Alcanices". *Revista CEAMA, Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida*, 15 / *Actas do X Seminário Internacional sobre Arquitectura Militar*, 2016.
- Oliveira, J. de (coord.) (2012). *O Foral Manuelino de Marvão*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão.
- Oliveira, J. de, Pereira, S. & Parreira, J. (2007). *Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão / Colibri.
- Paço, A. do (1949). "Inscrição cristã do Monte Velho (Beirã – Marvão)". *Revista Brotéria*, XLIX.
- Rei, A. (2002). "Târiq ibn Ziyâd e o seu exército em Almeida e na Cidade de Ammaia (Marvão) em finais de 711 – inícios de 712". *Ibn Maruán*, 12.
- Saramago, J. (1981). *Viagem a Portugal*. Porto: Porto Editora.
- Sidarus, A. (1991). "Ammaia de Ibn Maruán: Marvão". *Ibn Maruán*, 1.

POVOAÇÕES ALCANDORADAS. ARQUITECTURA e PAISAGEM

Esta publicação reúne uma seleção de 25 comunicações nos âmbitos da arquitetura, da paisagem, da arqueologia e da história apresentadas na 2.ª edição do Congresso Internacional *Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental* que se realizou em Mértola em Setembro de 2020.

O Congresso resultou da parceria entre o Campo Arqueológico de Mértola, as universidades do Algarve, de La Manouba e de Carthage, o Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines e o Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

Os artigos tratam de diversos contextos em Portugal, Espanha, Marrocos, Argélia, Tunísia e Malta.

Um livro essencial para quem pretende descobrir ou enriquecer os seus conhecimentos sobre a paisagem, o *habitat* e o desenho urbano na zona ocidental do Mediterrâneo, o "mar do meio".

VILLAGES PERCHÉS. ARCHITECTURE et PAYSAGE

Cette publication rassemble une sélection de 25 communications dans les domaines de l'architecture, du paysage, de l'archéologie et de l'histoire présentées lors de la 2^{ème} édition du *Congrès International Architecture Traditionnelle en Méditerranée Occidentale* tenu à Mértola (Portugal) en Septembre 2020.

Le Congrès fut le fruit d'un partenariat entre le *Campo Arqueológico de Mértola*, les universités d'Algarve, de La Manouba et de Carthage, le Laboratoire d'Archéologie et d'Architecture Maghrébines et le *Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património*.

Les articles portent différents contextes au Portugal, en Espagne, au Maroc, en Algérie, en Tunisie et à Malte.

Un ouvrage essentiel pour tous ceux qui veulent découvrir leurs connaissances du paysage, de l'habitat et de l'urbanisme en Méditerranée occidentale, «la mer du milieu».



9 789898 885159

ARQUITECTURA
TRADICIONAL

6